

ERIC DUNNING  
Universidade de Leicester  
STEPHEN MENNELL  
University College, Dublin

## Balanço das tendências «civilizadoras» e «descivilizadoras» no desenvolvimento social da Europa Ocidental: os escritos de Norbert Elias sobre a Alemanha, o Nazismo e o Holocausto \*

73

*O presente artigo versa aspectos fundamentais da obra de Norbert Elias: a maneira como interpretou a ascensão do Nazismo e o Holocausto, e o modo como estes se enquadram no contexto mais amplo da sua teoria dos «processos civilizadores». Visa-se assim, em primeiro lugar, clarificar com rigor — numa réplica às vozes críticas — quais as ideias efectivamente defendidas (ou não) por N.*

*Elias no seu trabalho de teorização; e, em segundo lugar, mostrar como, lançando mão desse corpo teórico e da abordagem global nele contida, este autor logrou, especialmente no seu livro Os Alemães, oferecer uma visão original das origens e do crescimento do Nazismo, bem como das consequências deste para a Alemanha e para o mundo no seu todo”.*

**N**UM texto de 1986, o antropólogo Edmund Leach referia-se àquilo a que chamava «as ideias muito germânicas e muito oitocentistas de Norbert Elias sobre o progresso social de longo prazo», acrescentando que a teoria de N. Elias sobre os processos civilizacionais (1994, inicialmente publicado em 1939)<sup>1</sup> não é «passível de ser testada». Numa

\* O título inglês da obra de Norbert Elias — *The Civilizing Process* — contém uma inescapável conotação evolutiva que, embora ausente do original alemão ou da versão portuguesa — *Über den Prozess der Zivilisation* e *O Processo Civilizacional*, respectivamente —, é geradora de ambiguidade e, em certa medida, dos potenciais equívocos interpretativos que o presente artigo denuncia e se propõe desfazer. Por esse motivo, e por ser essa uma premissa central ao argumento dos autores, afigurou-se imperioso traduzir este conceito-chave cunhado por N. Elias através da dicotomia «processo civilizador» / «processo descivilizador». A este propósito veja-se também a Nota 11, adiante. — N. T.

\*\* Agradecemos a Don Bennett, Joop Goudsblom, Michael Kruger, Helmut Kuzmics, Eoin O'Mahony e Bero Rigauer os úteis comentários que fizeram a versões anteriores do presente artigo.

<sup>1</sup> Não obstante Norbert Elias, no título da sua principal obra, *O Processo Civilizacional*, ter utilizado a expressão no singular, a verdade é que ele distinguia entre os processos civilizadores de sociedades específicas, tendo-se

contradição involuntária, Leach acrescentava ainda que a teoria foi formulada «exactamente no momento em que Hitler refutava o argumento à mais ampla escala possível» (Leach, 1986). No calor da reacção emocional patente nesta contradição, Leach não parece ter-se dado conta de que os desenvolvimentos verificados na Alemanha nazi eram, de facto, centrais para as preocupações de N. Elias quando se propôs escrever *O Processo Civilizador*.

Por volta da mesma altura, o americano James Curtis expressava críticas não muito diferentes das de Leach:

Ao ler *O Processo Civilizador*, não pude deixar de pensar em toda a prova em contrário [...] que nos chega só destes últimos anos: a camificina de judeus na Alemanha nazi; a devastação causada à população de Dresden; a aniquilação lançada sobre o povo de Hiroshima; a destruição de vidas e bens no bombardeamento de Tóquio; e o massacre de Mi Lai e de outros locais no Vietname, para referir apenas alguns exemplos. Como conciliar estes acontecimentos com a noção de que as pessoas caminham para um ponto culminante na autocontenção da agressão? (Curtis, 1986)<sup>2</sup>.

O argumento de Curtis tem, pelo menos, o mérito de ver que os exemplos recentes de comportamento altamente incivilizado envolvem igualmente os povos americano e britânico, ou seja, que se trata de algo que não é característica exclusiva dos Alemães. Em certa medida, ele é, portanto, consensual com aquilo que Alison Palmer designa por «genocídios coloniais», em que tomaram parte não só americanos como também descendentes de ingleses e ainda alemães (Palmer, 1994). Contudo, uma das coisas que Curtis omite, assim como Edmund Leach e outros que usam igualmente o Holocausto para rejeitar a teoria dos processos civilizadores, é o facto de Norbert Elias ter sido um alemão de descendência judaica, que escreveu *O Processo Civilizador* quando vivia num exílio forçado em Londres, imediatamente antes do eclo-dir da Segunda Guerra Mundial. Além disso, após a guerra N. Elias viria a saber que a mãe se contava entre o milhão e meio de pessoas que se calcula terem sido assassinadas nas

---

ainda referido aos processos civilizadores de indivíduos e da humanidade no seu conjunto. Como é óbvio, a expressão, quando usada a um nível individual, é equivalente ao conceito mais padronizado de socialização, embora chame mais a atenção para as suas dimensões emocionais do que é costume.

<sup>2</sup> Para réplicas desenvolvidas às críticas de Curtis e outras afins, ver Eric Dunning, 1989 e 1992, e também Stephen Mennell, 1992, capítulo 10 (227-250).

câmaras de gás de Auschwitz, mas mesmo assim não terá visto necessidade de rever significativamente a sua teoria<sup>3</sup>. Perante os juízos de rejeição emitidos por Curtis e Leach, pareceria poder concluir-se que, ao escrever *O Processo Civilizador*, N. Elias seria, ou um excêntrico desfasado da sua época, ou, pelo menos, alguém completamente cego para a realidade e totalmente dessintonizado com os acontecimentos de que foi contemporâneo. No entanto, foi sempre evidente para o leitor atento que a explicação da ascensão do Nazismo e da caminhada para a guerra foi uma das preocupações que o motivou a escrever, no exílio, *O Processo Civilizador* e a contribuir para o desenvolvimento de um corpo teórico que pudesse conduzir a uma maior tomada de consciência desses processos colectivos.

II

O terceiro crítico a que queremos referir-nos é Zygmunt Bauman, com particular destaque para os argumentos por si aduzidos na obra *Modernity and the Holocaust* (*A Modernidade e o Holocausto*, 1989). Bauman não ignora os factos relativos a N. Elias a que acabamos de aludir. E, embora de forma algo ambivalente, ele revela, no que respeita à obra sociológica de Norbert Elias, uma maior adesão do que a manifestada por Leach ou Curtis. Acima de tudo, este autor utiliza a experiência do Holocausto para dirigir um ataque cerado à sociologia moderna pelo facto de esta não lidar — ou de ser mesmo incapaz de lidar — com acontecimentos deste tipo. Bauman partilha, portanto, com N. Elias uma posição crítica relativamente aos paradigmas que sobre este assunto são actualmente dominantes. Apesar disso, não deixa de ler a teoria dos processos civilizadores como pouco mais do que uma desactualizada teoria da «modernização» ou do «progresso», uma forma do «triunfalismo ocidental» que, apesar de mascarado de «ciência», não passa de uma celebração do Ocidente. Por ambos os motivos, a sua crítica da teoria dos processos civilizadores merece ser considerada em por menor.

De acordo com Bauman, o genocídio é algo endémico no mundo moderno, e uma das marcas mais salientes da «modernidade». No cerne da sua argumentação está a ideia de que as sociedades «modernas» implicam concentrações

<sup>3</sup> Quando, na década de sessenta, Eric Dunning perguntou a Norbert Elias se tinha alguma crítica a fazer à sua obra de 1939, este respondeu que achava que a análise talvez fosse um pouco mecanicista em excesso.

de poder situadas à margem de qualquer controlo efectivo e que tanto podem ser usadas para o bem como para o mal<sup>4</sup>. Elas produzem ainda condições sob as quais os efeitos da acção individual extravasam os limites da moralidade. Segundo Bauman, quando fazem as suas escolhas, os actores sociais dos Estados-nação de tipo complexo raramente se encontram em condições de prever as ramificações dos respectivos actos. Um dos resultados deste facto é que a responsabilidade moral por tomar parte em algo como o extermínio em massa pode ser atenuada devido à divisão de funções empregues para o levar a cabo. Em consequência, nenhuma das pessoas envolvidas nessa cadeia de tarefas é, em si mesma, individualmente responsável, ou se considera a si mesma como tal. A imagem de Adolf Eichmann absorto nas minúcias dos horários de comboios para o transporte de vitimas para os campos da morte — «eu não fiz mais do que obedecer a ordens» — oferece-nos um exemplo muito vivo desta situação.

A argumentação de Bauman baseia-se em premissas que, em essência, têm muito mais de *filosófico* do que de *sociológico*. Essas premissas parecem provenientes sobretudo da obra do neokantiano Emmanuel Levinas (1982). Em

---

<sup>4</sup> Pensando, ao que tudo indica, estar a contradizer e a transcender Norbert Elias, Bauman (1989: 107) escreve: «O desaparecimento da violência do horizonte da vida quotidiana é [...] mais uma manifestação das tendências centralizadoras e monopolizadoras do poder moderno; a violência acha-se ausente do relacionamento individual porque é agora controlada por forças que se encontram decididamente fora do alcance individual. Mas isso não significa que ela se encontre fora do alcance de *toda a gente*». Para além de atribuir erradamente a N. Elias a ideia do «desaparecimento» e da «ausência» da violência na vida quotidiana nas sociedades relativamente civilizadas, em vez de reconhecer que ela terá apenas sido «arredada para os bastidores», este passo revela desconhecimento da obra de N. Elias por parte de Bauman. É manifesto que este autor ignora que Norbert Elias escreveu um ensaio intitulado «Violência e Civilização: O Monopólio Estatal da Violência Física e a sua Infracção» (Keane, 1988), onde sustentou que «[...] os monopólios da violência física [...], a exemplo de tantas outras invenções humanas, são algo bastante equívoco. Tal como a domesticação do fogo propiciou o progresso civilizado, ao permitir cozinhar os alimentos, mas também a prática bárbara de incendiar cabanas e casas; tal como a energia atómica tanto é uma fonte abundante de energia como uma arma terrível, assim também a invenção social do monopólio da violência física é algo ambíguo. Trata-se de um instrumento perigoso. Desde os antigos faraós até às ditaduras de hoje que o poder de dispor do monopólio da violência tem sido usado para benefício de certos grupos pequenos. Mas a função que ele tem para aqueles que detêm o seu monopólio não é a sua função exclusiva. O monopólio estatal da força tem também uma função altamente significativa para as pessoas que vivem num Estado. A nossa pacificação — ou seja, a vida colectiva relativamente pacífica de grandes massas de pessoas — baseia-se em grande parte nesta instituição, a qual está intimamente ligada a esse outro apanágio do Estado que é o monopólio fiscal.» (179-80).



essência, a tese é que o comportamento moral — a identificação e a empatia com outros seres humanos — é algo «natural» e «inerente» à espécie *Homo sapiens*. Ele é, assim, visto como algo que tem origem em condições ontológicas fundamentais da vida humana, e não em processos de socialização e de interiorização que funcionam através da combinação de recompensas e de sanções, ou do receio destas. No centro do raciocínio de Bauman está a ideia de que, se as pessoas pudessem ver os resultados das suas acções, se comportariam «moralmente» umas para com as outras. Ora este é precisamente um dos pressupostos que o estudo de Norbert Elias sobre os processos civilizadores europeus visou refutar. Por outras palavras, segundo N. Elias, aquilo que viemos a designar por «moralidade» não tem nada de «inato», pois é algo socialmente construído e que varia através do tempo e do espaço<sup>5</sup>.

O livro de Bauman *Modernity and the Holocaust* utiliza estas premissas para lançar aquilo que é, de facto, uma longa polémica em torno da teoria de N. Elias e de outras teorias que Bauman lhe associa enquanto teorias da «modernidade» ou do «progresso». Porém, e tal como acontece com os ataques dirigidos por Curtis e Leach, os argumentos de Bauman baseiam-se numa leitura de Norbert Elias que é profundamente errada. Para o ilustrar, citemos um passo de *Modernity and the Holocaust* em que N. Elias é explicitamente nomeado, e um outro em que o não é. Sob o título «o significado do processo civilizador», Bauman escreve:

Indeleivelmente impresso na consciência da nossa sociedade ocidental encontra-se um mito, uma história de grande elevação moral em que a humanidade emerge de uma barbárie pré-social. Este mito contribuiu para incentivar e popularizar um número considerável de teorias sociológicas e de narrativas históricas influentes, das quais, por sua vez, recebeu um apoio erudito e sofisticado. Esta articulação teve a sua ilustração mais recente na súbita proeminência e no êxito repentino da enunciação do «processo civilizador» por parte de N. Elias. As opiniões contrárias defendidas por teóricos sociais contemporâneos (vejam-se, por exemplo, as análises minudentes de processos civilizadores multifacetados, de tipo histórico e comparativo, como as de Michael Mann, ou sintético e teórico como em Anthony Giddens), que acentuam o crescimento da violência militar e do uso ilimitado da coerção como atributos mais importantes do surgimento

<sup>5</sup> Em *The Germans*, Norbert Elias procura, entre outras coisas, lançar os fundamentos de uma teoria sociológica da moral e da moralidade. Ver principalmente a segunda parte da obra.

e da consolidação das grandes civilizações, terão muito que andar até conseguirem erradicar [...] da consciência pública esse mito, ou sequer o difuso folclore que envolve a profissão. De um modo geral, os leigos não aceitam bem que o mito seja posto em questão. Acresce que, nessa resistência ao mito, alinha ainda uma ampla coligação de opiniões cultas e respeitáveis, onde se contam autoridades tão poderosas como a visão liberal («Whig») da história enquanto luta vitoriosa entre a razão e a superstição; a ideia de racionalização de Weber, enquanto movimento no sentido da obtenção de um maior ou menor esforço; a promessa psicanalítica de denegrir, extirpar e domar o que há de animal no homem; a grande profecia de Marx de que a vida e a história ficariam sob o controlo completo da espécie humana, uma vez liberta dos seus actuais constrangimentos provincianos e debilitantes; e o retrato que N. Elias faz da história recente, onde a violência terá sido eliminada da vida quotidiana (...) (1989: 12).

Adiante, Bauman sustenta que

Não é por acaso que o relegar, por parte do mito legitimador da civilização ocidental, de todos os impulsos naturais — ou seja, pré-sociais (e portanto também da «responsabilidade pelo outro» em condições de proximidade) — para a categoria de «instintos animais», e o relegar desses mesmos impulsos, por parte da mentalidade burocrática, para a categoria de forças irracionais, faz lembrar todas as tradições de base local e comunitária verificadas durante a cruzada cultural que acompanhou a consolidação do Estado moderno e a promoção das suas pretensões universalistas e absolutistas (1989: 224).

Independentemente de saber, para os objectivos aqui em vista, se é correcta a interpretação que Bauman faz de Max Weber, por exemplo, o facto é que estas observações assentam numa incompreensão de *O Processo Civilizador*. Um dos aspectos mais originais daquilo que Norbert Elias escreveu na década de trinta é a articulação que faz entre os processos de formação do Estado ao nível «macro», e as mudanças no *habitus* dos indivíduos ao nível «micro». (Por *habitus*, palavra que utilizou muito antes de ter sido popularizada por Pierre Bourdieu [1979], o que N. Elias quis significar foi basicamente uma «segunda natureza» ou uma «aprendizagem social materializada» [Elias, 1939: XI]). Em suma, a proposta fundamental avançada por Norbert Elias é a seguinte:

[...] se, numa dada região, o poder da autoridade central cresce, se, numa dada área de maior ou menor dimensão, as pessoas se vêem forçadas a viver em paz umas com as outras, a forma do seu sentir e o padrão da sua economia pulsional (*Triebhaushalt*) também sofrem uma mudança gradual (Elias, 1994b: 278).

Mais especificamente, o que se passa é que o *habitus* dos povos da Europa Ocidental — incluindo, de uma maneira muito acentuada, a sua conduta económica —, sofreu, segundo N. Elias, uma mudança que fez parte de um longo processo que decorreu paralelamente à monopolização da violência por parte do Estado. Isto, por sua vez, terá ocorrido em articulação com a monopolização da aplicação de impostos. Dito de maneira mais simples, Norbert Elias sustenta que os monopólios da violência e da aplicação de impostos constituem os principais modos de governação e que, no seu desenvolvimento na Europa Ocidental durante a Idade Média, ambos se reforçaram mutuamente. Mas N. Elias não defendeu — não obstante o que afirma Bauman — que na Europa a violência tenha, em todo este processo, sido «eliminada da vida quotidiana», mas tão somente que foi «arredada para os bastidores». Isto significa por exemplo que — e aqui falamos de relações *intra*-sociais e não *inter*-sociais —, a não ser aquando da ocorrência de surtos de violência tais como revoluções e (quando estas assumem contornos considerados demasiado graves e ameaçadores para a ordem pública) de sublevações, os Estados sempre tenderam a manter os seus exércitos literalmente «confinados aos quartéis», preferindo apoiar-se numa força policial não tão fortemente armada, cujo direito ao uso da violência para efeitos de controlo social é mais restrito. Isto significa também que, com a excepção particular do desporto, caso em que as formas de violência física são consideradas legítimas (Elias e Dunning, 1986), a violência em geral se tornou algo mais privado — ou seja, cada vez mais restrito a ambientes sociais públicos e não domésticos e mais associado ao despertar de sentimentos de repugnância, de culpa e de vergonha. Contudo, ela continua a verificar-se e, de facto, continua a ser socialmente necessária. Norbert Elias *nunca* defendeu que a necessidade da força e de constrangimentos exteriores, exercidos no sentido de tornar possível que as pessoas pudessem viver em paz umas com as outras, tenha sido eliminada do seio daquilo a que ele previu que os historiadores do futuro pudessem vir a chamar as sociedades «tardo-bárbaras» da actualidade (Elias, 1991: 146-47). Deixando momentaneamente de parte as diferenças entre as nações — como adiante procuraremos demonstrar, N. Elias considerava essas diferenças cruciais —, a tensão, no *habitus* dos povos «tardo-bárbaros» da Europa actual, entre constrangimentos internos (*Selbstzwänge*) e constrangimentos externos (*Fremdzwänge*), inclinou-se, segundo Nor-

bert Elias, para o lado dos constrangimentos internos; mas tais constrangimentos nunca constituíram uma influência exclusiva sobre a conduta das pessoas. A necessidade de um constrangimento externo, incluindo constrangimentos exercidos pela força, varia também, entre outros factores, entre as diferentes etapas dos processos de socialização (de civilização) dos indivíduos. Além disso, e ainda de acordo com N. Elias,

A couraça do comportamento civilizado estilhaçar-se-ia rapidamente se, por uma reviravolta na sociedade, ficássemos expostos à mesma grande insegurança, à mesma diminuta previsibilidade dos perigos que existia outrora; logo, os medos fariam estourar os limites que hoje lhes são postos (Elias, 1994: 253n).

É igualmente importante reconhecer que a teoria de N. Elias, mais uma vez mau grado Bauman, não assenta em pressupostos tais como as noções de «barbárie pré-social», «impulsos naturais» ou «pré-sociais» e «instintos animais», de algum modo julgados passíveis de «irromper» sob determinadas condições concretas. Para Norbert Elias, que foi sempre e antes de tudo um sociólogo, a espécie *Homo Sapiens* foi uma espécie social desde os seus princípios e, como tal, evoluiu (Elias, 1991). O estado mais próximo de um ser humano pré-social seria o de uma criança no momento do nascimento, mas, a partir desse momento, os seus impulsos e afectos começam a sofrer um processo de modelação social que obviamente varia de sociedade para sociedade, bem como consoante os respectivos agrupamentos constitutivos e os períodos históricos.

Partindo de proposições gerais acerca da «natureza humana» e da «natureza da modernidade», Bauman considera que a propensão para fenómenos do tipo do Holocausto é inerente ao mundo moderno. Em sua opinião, o Holocausto não tem, em concreto, nada a ver com as peculiaridades do desenvolvimento social alemão. Esta é uma opinião da qual N. Elias teria discordado profundamente: o Holocausto pode não ser o único exemplo de genocídio, tanto passado como presente, mas nem por isso, segundo N. Elias, a experiência histórica alemã é irrelevante para a explicação da sua ocorrência ou dos seus traços característicos. Com efeito, e como procuraremos demonstrar, este autor sustenta que a experiência histórica dos Alemães é *muito relevante* sob estes aspectos.

Em *Os Alemães* (1996), Norbert Elias concorda parcialmente com Bauman quando escreve:

À semelhança das guerras de massa travadas por métodos científicos, o extermínio altamente organizado e cientificamente planificado de grupos populacionais inteiros, em campos de concentração especialmente construídos para o efeito e em guetos isolados, seja por via da fome, do gás ou das balas, não parece inteiramente descabido nas sociedades de massa tecnologicamente avançadas (Elias, 1996: 303).

No entanto, numa clara contraposição a Bauman, Norbert Elias procurou também demonstrar que a teoria dos processos civilizadores pode ser utilizada para explicar processos descivilizadores do tipo dos que resultaram na criação da Alemanha nazi. Fá-lo, situando estes processos numa perspectiva de longo prazo, e sugerindo, através de uma investigação de tipo comparativo e desenvolvimentista, as razões por que tais processos se deram na Alemanha e não, por exemplo, na Grã-Bretanha ou na França. Em resumo, é errado, segundo N. Elias, atribuí-los, como faz Bauman, a uma qualquer grande «doença epidémica» do mundo moderno no seu todo.

### III

A última crítica da teoria dos processos civilizadores que queremos aqui passar em revista baseia-se numa compreensão e numa apreciação dos escritos de N. Elias que é mais profunda do que qualquer uma das outras três. Trata-se de «Civilização e Ambivalência», de Ian Burkitt (1996), um ensaio no qual este autor busca, através de uma síntese da teoria de N. Elias com aspectos da obra de Bauman — tal como são expressos, não apenas em *Modernity and the Holocaust* (1989), mas também em *Modernity and Ambivalence* (*Modernidade e Ambivalência*; 1991) —, fazer avançar a compreensão dos processos civilizadores e descivilizadores para além do nível que nos foi legado por N. Elias. Os argumentos de Burkitt revelam perspicácia e imaginação e concordamos com muito do que afirma. Contudo, pode dizer-se que o seu raciocínio peca, primeiro que tudo, por uma dependência excessiva relativamente aos pressupostos e aos argumentos essencialmente filosóficos de Bauman e, em segundo lugar, por uma compreensão desajustada dos aspectos centrais da teoria de N. Elias. Passemos a demonstrar como é que isso se verifica.

Burkitt resume genericamente a sua tese afirmando que têm sido sua preocupação

as ambivalências de um processo civilizador e as dualidades presentes nos traços principais que Norbert Elias identificou como sendo centrais a um tal processo. Tal como N. Elias ilustrou, palavras como «civilização» e «barbárie» têm uma origem social e normativa, sendo sua função definir o comportamento de um dado conjunto de pessoas como sendo moralmente bom e superior, e o comportamento de outras (as pertencentes às classes inferiores e a culturas diferentes) como baixo e inferior. Porém, não se pode classificar o comportamento social desta forma tão simples, e tentativas como estas não fazem senão esconder comportamentos que, quando devidamente examinados, se revelam bastante ambíguos e preocupantes. Tem-se dito que o que N. Elias faz não é mais do que reproduzir o mito etiológico da civilização, ao defender que um processo de pacificação interna — assente no monopólio estatal dos meios de violência, em cadeias de interdependência alargada e numa esfera cada vez mais vasta de identificação mútua — equivale efectivamente a uma sociedade mais civilizada. Para haver violência e um clima de terror, seria necessário que a conjugação de alguns destes elementos entrasse em colapso e fizesse «inversão de marcha», de maneira a desencadear um processo «descivilizador». E eu venho defendendo aqui, usando a obra de Bauman como elemento fundamental de comparação, que não tem exactamente que ser assim, e que, dada a natureza ambivalente do processo civilizador, os seus traços fundamentais se podem transformar em mecanismos efectivamente capazes de suprimir a identificação mútua e de levar a uma forma de violência e de terror «civilizados». Para nos darmos inteiramente conta da ironia e da ambivalência presentes na explicação proposta por N. Elias, há que mostrar como os processos da modernização e da «civilização» criaram um potencial, quer para o desenvolvimento da pacificação interna, quer para o aparecimento de instituições mais destrutivas e amorais. O processo «civilizador» tem duas faces (Burkitt, 1996).

Um dos problemas aqui existentes é que Burkitt reduz a análise de Norbert Elias sobre o conceito de «civilização» — um conceito que é, de facto, intrinsecamente dualista — ao conceito técnico (também de N. Elias) de «processos civilizadores», voltado para o estudo empírico-teórico dos cambiantes e das complexidades dos processos de longo prazo, os quais, longe de terem simplesmente «duas faces», são processos multifacetados que envolvem uma tensão entre movimentos e contra-movimentos apontados nas mais diferentes direcções. Na sua prática pedagógica, Norbert Elias empre-

gou por vezes a metáfora da sinfonia como ilustração deste aspecto. Talvez mais importante, porém, é que embora não seja desprovida de fundamento a sugestão de Burkitt, na esteira de Bauman, segundo a qual «os processos de modernização e de «civilização» geraram um potencial não só para o desenvolvimento da pacificação interna *mas também* para o aparecimento de instituições mais destrutivas e amorais» — por exemplo, é provável que surjam pressões sobre a identificação mútua quando as cadeias de interdependência são alongadas para além de um certo ponto, devido simplesmente à maior impessoalidade e anonimato daí resultantes —, a única razão por que Burkitt é capaz de produzir este juízo é porque ele interpreta incorrectamente N. Elias em certos aspectos que são cruciais. Concretamente, Burkitt faz da teoria dos processos civilizadores uma teoria simples e unilinear e, sobretudo, não entende qual o papel desempenhado, segundo N. Elias, pelo conflito entre a aristocracia e as classes médias nos processos de formação dos Estados na Europa. Assim, e por exemplo, Burkitt escreve:

[De acordo com N. Elias], as mudanças no comportamento dos povos estiveram associadas às mudanças verificadas nas relações de poder das várias classes e grupos sociais e às suas respectivas posições relativas de dominação ou subordinação. Os processos de pacificação interna da população, incluindo as relações sociais e económicas, sofreram uma aceleração em resultado da ascensão ao poder por parte da aristocracia e da centralização do Estado-nação em torno do chefe absoluto (Burkitt, 1996).

Adiante, Burkitt desenvolve do seguinte modo a sua interpretação da teoria de Norbert Elias:

Um dos elementos paradoxais do «processo civilizador», de resto perfeitamente salientado pelas próprias palavras de N. Elias, é a luta violenta em que se traduziu o processo que levou a uma formação do Estado centralizada e, em última análise, à pacificação interna. Este processo não foi planificado ou controlado por nenhuma pessoa ou grupo singular, envolvendo antes o conflito violento entre classes sociais, que acabaria por levar um deles (na Inglaterra e na França seria a aristocracia) a conquistar o monopólio do controlo da força física. Na Europa medieval, as longas e desgastantes guerras entre os nobres foram possíveis, porque nenhum sector da nobreza se revelou capaz de alcançar uma vantagem decisiva sobre os respectivos oponentes e de assim assegurar o monopólio dos recursos que lhe daria a supremacia na luta pelo poder. Isso começou a mudar quando a aristo-

cracia conseguiu passar a deter um domínio cada vez maior e mais firme sobre os restantes grupos através da monopolização, quer da força física, quer da aplicação de impostos. Nessa altura, ela passou a estar em posição de contratar exércitos mais fortes que lhe permitissem derrotar os seus oponentes (Burkitt, 1996).

84

Isto é uma leitura incorrecta de Norbert Elias. A tese de Burkitt assenta, toda ela, na possibilidade de afirmar que N. Elias cai no «mito etiológico da civilização», devido ao facto de (N. Elias) sustentar que «aquilo a que chamamos «barbárie» é algo que *não* «a civilização»» (Burkitt, 1996). Esta leitura permite a Burkitt interpretar o modelo de um processo de longo prazo que é complexo, multidireccional e multifacetado como se de uma dicotomia estática se tratasse. Dizendo de uma maneira muito resumida — e o que se segue é uma simplificação grosseira daquilo que é um raciocínio complexo —, o que Norbert Elias defendeu de facto foi que, aproximadamente a partir do século XII, os processos de longo prazo de formação do Estado e de pacificação interna na Europa contribuíram para a monetarização e a comercialização lenta, mas gradual, das relações sociais. Isso, por sua vez, fez aumentar o poder, tanto dos senhores feudais mais abastados, que formaram cortes cada vez maiores, como dos grupos emergentes de burgueses, habitantes das cidades então também em vias de crescimento, tendo-se subsequentemente verificado que, em países como a França, alguns sectores destes foram atraídos para as cortes. Desde o início que se registaram conflitos entre estes grupos, mas segundo N. Elias, a aristocracia e a burguesia encontravam-se intimamente ligadas durante a sua sociogénese. À medida que este processo global foi evoluindo, o poder deslocou-se da primeira para a segunda, e os monarcas passaram a poder reivindicar o «governo absoluto» a partir do momento em que as oportunidades de chegar ao poder, por parte dos grupos da aristocracia decadente e da burguesia ascendente, se tornaram aproximadamente iguais. Nas palavras de Norbert Elias,

Era um dos pressupostos estruturais da monarquia absoluta que nenhuma das duas classes e nenhum grupo dentro delas ganhasse a supremacia. Os representantes do poder central tinham, por isso, de velar continuamente pela manutenção do precário equilíbrio entre as ordens e os grupos dentro da sua área de soberania. Onde esse equilíbrio se perdia, onde um grupo ou uma classe se tornava demasiado forte, ou onde gru-



pos de nobres e estratos superiores da burguesia se aliavam, mesmo que temporariamente, o absolutismo do poder central ficava seriamente ameaçado ou — como aconteceu em Inglaterra — estava condenado a desaparecer. (Elias, 1994: 272, 12)<sup>6</sup>.

É esta uma questão relativamente á qual N. Elias tem sido, por vezes, mal interpretado, como sucede, por exemplo, com Robinson (1987). A tese central de N. Elias é que o desenvolvimento social da Inglaterra — e aqui seria provavelmente melhor ter dito Grã-Bretanha ou Reino Unido — não conduziu à consolidação do poder absolutista. Lançando mão de uma terminologia sobre a qual ele próprio posteriormente lançaria dúvidas<sup>7</sup>, propõe que tanto na França como na Grã-Bretanha o «mecanismo de monopólio» levou à monopolização, por parte do Estado, da violência e da aplicação de impostos. Na França, contudo, e também noutros países do continente, embora em resultado de constelações de relações de algum modo diferentes (ou «figurações» sociais diferentes [Elias, 1978]), o «mecanismo real» — quer dizer, a consolidação do poder nas mãos da realeza, devido ao facto de a aristocracia e a burguesia não conseguirem derrotar-se mutuamente nem chegar a um compromisso decisivo (Elias, 1994: 397) — permitiu aos monarcas chamarem a si o poder absoluto de uma maneira consistente e eficaz. Na Grã-Bretanha, pelo contrário, e em parte porque esta, sendo uma ilha, se encontrava dependente, para efeitos de ataque e de defesa, mais da marinha do que de um exército de terra, revelar-se-ia impossível alimentar pretensões a um governo absoluto (Elias, 1950). Não obstante, em ambos os países o mecanismo de monopólio conduziu a um aprofundamento da monetarização e da comercialização das relações sociais que, com o tempo, levaria — em ambos os casos pela via da revolução — a formas de governo de carácter mais público, e

<sup>6</sup> Quanto aos vários resultados das lutas entre monarcas e parlamentos verificados nos diferentes países, veja-se o ensaio de Koenigsberger de 1977, que é informado pela obra de Norbert Elias. Sobre a interpretação que o próprio N. Elias faz da «parlamentarização» da política na Inglaterra do século XVIII, a qual terá acarretado um processo invulgar de autopacificação e de autodomesticação, resultante, em grande parte, de um relativo equilíbrio de poder entre as duas facções da classe detentora de terras (associada a elementos das classes médias), ver as páginas 26-40 da sua Introdução a Elias e Dunning, *Quest for Excitement* (1986).

<sup>7</sup> Ver nota 3, acima; a recensão de Geoffrey Barraclough (1982) encontra-se entre aquelas que se apegaram à expressão «mecanismo de monopólio» para fazer a teoria de Norbert Elias muito mais determinista do que aquilo que ela realmente é.

inclusivamente de tipo parlamentar, e ainda, sobretudo no que se refere ao caso francês, de tipo burocrático<sup>8</sup>. O aspecto chave que aqui nos interessa reter é o papel desempenhado pelos grupos burgueses ou da classe média em todo este processo, ao qual Norbert Elias se referiu por vezes como «democratização funcional» (Elias, 1994: 503). O seu modelo era multilinear e levava em consideração as diferenças entre os vários países. No entanto, ele colocou uma tónica fundamental no papel desempenhado pelos grupos da classe média — e, posteriormente, da classe operária — no surgimento das formas parlamentares de governo democrático. A este respeito, terá havido fortes diferenças entre a Grã-Bretanha e a França, mas, segundo N. Elias, as semelhanças entre os respectivos desenvolvimentos suplantaram as diferenças existentes entre estes dois casos e o caminho trilhado pela Alemanha. No caso da Alemanha, e ainda segundo N. Elias, foram muito fortes os obstáculos estruturais à centralização estatal, ao surgimento de uma classe média poderosa e relativamente independente, e, consequentemente, ao desenvolvimento de valores, atitudes e instituições democráticos. Tudo isto se enraizou profundamente no *habitus* e nas tradições da maioria dos Alemães, contribuindo para o papel verdadeiramente central desempenhado pelo seu país nas origens da Primeira e Segunda Guerras Mundiais e acabando por conduzir à ascensão do Nazismo e ao Holocausto. Norbert Elias chamou a isto a «ruptura da civilização» (Elias, 1996: 299-402), mas a sua abordagem foi fundamentalmente de tipo relacional, levando-o a debruçar-se sobre esse campo mais lato e relevante que é o das «forças sociais». É por isso claro que ele não estava, assim, a referir-se unicamente aos acontecimentos ocorridos na Alemanha e nos países por ela conquistados, mas sim a uma guerra que envolveu, entre outras coisas, o bombardeamento em tapete de cidades alemãs. Além disso, tratou-se de uma ruptura e não de uma derrocada total, como parece ser o entendimento de Burkitt: para usar uma metáfora sinfónica, as tendências humanistas do desenvolvimento social alemão não foram obliteradas pela ascensão do Nazismo, mas tão-só reduzidas à dimensão de um tema menor. Norbert Elias mostra que esta ruptura não foi uma inevitabilidade concomitante

---

<sup>8</sup> Norbert Elias adaptou engenhosamente à esfera política a teoria de Marx da monopolização económica, mostrando como os processos da formação do Estado, na Europa Ocidental, implicaram uma deslocação da forma privada dos «meios de governação» para formas de carácter mais público.

com a via de desenvolvimento alemã, mas algo que, devido a razões estruturais identificáveis, terá tido mais probabilidades de ocorrer na Alemanha do que na Grã-Bretanha ou na França. Ela implicou também diversos cambiantes, níveis e complexidades a que não é possível fazer justiça com o tipo de dicotomias abstractas e essencialmente estáticas privilegiadas por Bauman e Burkitt.

É quase inevitável que certas conceptualizações feitas a traço grosso, como as de «modernidade» (tão estáticas que acabam por se tornar inúteis), ou mesmo de «modernização», gerem dicotomias estéreis. O livro de Bauman situa-se no extremo oposto dos escritores que acentuam o excepcionalismo alemão, também chamado o *Sonderweg* (a via especial) do desenvolvimento alemão<sup>9</sup>. Em *Os Alemães*, N. Elias opta por uma via intermédia, conceptualizando em termos processuais, não só as semelhanças, mas também as diferenças existentes entre a via do desenvolvimento alemão e as vias dos demais países. Importa esclarecer que esta linha de raciocínio nunca tende para aquilo a que Randall Collins (1995) chamou «detracção do que é alemão». Como sustenta Collins, tem sido dito com muita frequência que a sociedade alemã se tornou militarista e não-democrática devido ao facto de não ter passado, ela também, por uma revolução «modernizadora». Para contrariar esta perspectiva, Collins enumera os variadíssimos modos como a «modernização» da Alemanha pelo menos acompanhou o ritmo dos outros países. No plano internacional, ela foi pioneira, a partir do século XVIII, nos processos-chave da burocratização e da secularização religiosa, especialmente no domínio da educação. No capítulo da industrialização capitalista, a Alemanha não conheceu o grande atraso que por vezes se pensa e, por altura do *Kaiserreich*, havia, de facto, alcançado a liderança em certas áreas fundamentais da tecnologia. Finalmente, Collins defende que a democratização política da Alemanha não foi tão atrasada como por vezes os observadores anglo-americanos nos querem fazer querer: a comparação do alargamento de poder parlamentar e da extensão do sufrágio nos diversos países chama a atenção para o facto de a Grã-Bretanha e a França terem sido igualmente, sob muitos aspectos, sociedades autoritárias e não-democráticas até à viragem para o século XX. Por fim, Collins defende (à seme-

<sup>9</sup> Sobre a eclosão mais recente da discussão em torno do *Sonderweg*, ver *Historikerstreit*, ver Maier (1988) e Berger (1995).

lhança de Bauman) que em todas as sociedades existem as raízes de movimentos militaristas caracterizados por uma violência étnica extrema, mas (e aqui ao contrário de Bauman) que já o facto de estes se tornarem dominantes depende de condições que são independentes do processo de modernização. No caso alemão, este autor acentua (a exemplo de N. Elias e outros) as consequências da derrota na Primeira Guerra Mundial; ao contrário de N. Elias, porém, Collins presta pouca atenção às subtilezas das lutas de poder, ou seja, às variações dos equilíbrios de poder entre os principais estratos sociais e às respectivas consequências para o *ethos* cultural e para a formação de *habitus*, na Alemanha, durante as décadas e os séculos que precederam esse cataclismo geopolítico.

Detenhamo-nos agora na análise que Norbert Elias faz das especificidades da história e do desenvolvimento social alemão<sup>10</sup> e no modo como ela lança luz — nunca foi intenção de N. Elias oferecer uma explicação total — sobre a ascensão do Nazismo e o Holocausto.

IV Em Inglês, pelo menos, um dos problemas que os críticos podem ter com a teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias pode estar associado à própria palavra «civilização»<sup>11</sup>. Em *O Processo Civilizador* N. Elias começou efecti-

<sup>10</sup> Norbert Elias propôs a necessidade de distinguir claramente, não apenas entre evolução biológica e desenvolvimento social, mas também entre desenvolvimento social e história. «Desenvolvimento social», a seu ver, traduziria a emergência e transformação de formas estruturais relativamente duradouras, ao passo que «história» se aplicaria a acontecimentos de carácter mais transitório (ver Elias [1983], especialmente o Cap.I, «Introduction: Sociology and History», pp.1-34; e Elias [1991]). Norbert Elias referiu-se ainda à «polifonia da história» e as suas concepções apresentam semelhanças com a distinção, feita pelos historiadores dos *Annales*, entre três modos de tempo histórico: *a longue durée*, *a histoire des conjonctures* e *a histoire des événements*.

<sup>11</sup> David Harris, por exemplo, escreveu recentemente o seguinte: «Civilização é um termo infeliz na medida em que contém conotações de valorização moral e de progresso moral...» (Harris, 1992: 162). Resulta evidente que Harris não apreendeu a distinção que N. Elias estabeleceu entre «civilização» enquanto designação popular, que é, efectivamente, um juízo de valor, e «processo civilizador» enquanto termo técnico que o não é. Ao fazer esta afirmação, Harris deu igualmente mostras, ao que tudo indica, de ignorar um panfleto recentemente editado pela Associação Britânica de Sociologia intitulado *Anti-Racist Language: Guidance for Good Practice* («Linguagem Anti-Racista: Orientações Para Uma Prática Correcta», s/d). Segundo este panfleto, «civilização» é um termo que «deriva da percepção colonialista do mundo». Aí se diz que ela é «frequentemente associada com o pensamento do darwinismo social, e que se encontra cheia de juízos de valor implícitos e de ignorância no relativo à história do Terceiro Mundo». Por aqui se fica com uma ideia do porquê de a

vamente por ponderar o sentido e a definição do termo, chegando à conclusão de que, uma vez que todo e qualquer aspecto da sociedade e comportamento humanos pode ser considerado como sendo «civilizado» ou «incivilizado», adiantar tal definição seria uma tarefa difícil, se não mesmo impossível. É mais fácil, de acordo com N. Elias, especificar a função desta expressão. Segundo diz, ela acabaria por traduzir a auto-imagem das nações mais poderosas do Ocidente, adquirindo, devido a essa associação, conotações depreciativas e racistas, não apenas em relação com aquilo a que os ocidentais chamam as sociedades não-ocidentais «primitivas» ou «bárbaras» por eles conquistadas, colonizadas ou de algum modo submetidas ao seu domínio, mas também em relação a sociedades «menos avançadas» e a grupos exteriores a esse mesmo Ocidente. Neste aspecto, N. Elias antecipou-se consideravelmente às teses de escritores muito mais recentes, como por exemplo Edward Said (1978), que desencadeou um importantíssimo debate em torno das funções do «orientalismo». É interessante notar que N. Elias mostra como a Primeira Guerra Mundial foi travada pela Grã-Bretanha e pela França contra a Alemanha em nome da «civilização», e como, nos séculos XVIII e XIX e no princípio do século XX, muitos alemães sentiram uma certa ambivalência a propósito desta designação e dos seus referentes, preferindo expressar a sua auto-imagem através do conceito mais particularista de *Kultur* («cultura») (Elias, 1994: 3 e segs.).

Em *O Processo Civilizador*, Norbert Elias abalçou-se ainda àquilo a que chamou um «Excurso Sobre Algumas Diferenças na Evolução da Inglaterra, da França e da Alemanha» (Elias, 1994: 339-44). Este breve «excurso» parece ter passado despercebido àqueles críticos de N. Elias que o acusam de ter proposto uma espécie de teoria «unilinear» do desenvolvimento social. A ideia central defendida pelo autor é que a facilidade e a rapidez com que os Estados centralizados emergiram na Europa Ocidental dependeu, *ceteris pari-*

---

reacção emocional a N. Elias ter sempre tido uma carga tão negativa. No entanto, os autores do panfleto acrescentam uma excepção explícita naquilo que entendem ser o uso ideal da língua. A obra de N. Elias, dizem, demarca-se do conjunto de implicações valorativas por eles denunciado. «Nalguns casos, como por exemplo na obra de Norbert Elias — escrevem —, a palavra «civilização» assume um sentido diferente, desprovido de conotações racistas». Apesar de não ser feita a distinção entre o conceito popular de «civilização» e o conceito técnico de «processos civilizadores», é caso para nos congratularmos com este reconhecimento de que a obra de Norbert Elias está voltada para a realidade.

*bus*, da dimensão das formações sociais implicadas e, consequentemente, da extensão das divergências geográficas e sociais existentes entre elas. Vale a pena citar as próprias palavras de Norbert Elias a este respeito:

A luta pela supremacia — o mesmo é dizer pela soberania — implicava, para a Inglaterra e para a França, uma tarefa diferente daquela que impunha ao Império Romano-Germânico. O motivo é simples: este último tinha uma dimensão muito mais vasta, as diversidades regionais e as diferenças sociais eram muitíssimo maiores, o que deu às tendências centrífugas locais uma força muito diferente e fez com que a formação de uma supremacia territorial e a centralização se tornassem incomparavelmente mais difíceis. Para dominar as forças centrífugas do Império Romano-Germânico e fazer dele uma unidade duradoura, a casa reinante teria precisado de um poder territorial muito maior do que em França ou Inglaterra. Há boas razões para admitir que era, então, ainda praticamente insolúvel a tarefa de manter em respeito as forças centrífugas numa vasta área, dado o grau de divisão do trabalho, de integração e de desenvolvimento da técnica, tanto no que respeita ao âmbito militar como ao dos transportes ou ao administrativo (Elias, 1994: 339).

Norbert Elias passa seguidamente a demonstrar como o colossal Império (ou «Sacro Império») Romano-Germânico — o Primeiro *Reich* — se foi esboroando durante séculos ao longo das fronteiras, particularmente a ocidente e a sul, processo que só parcialmente foi compensado pela colonização e expansão para leste. Se examinarmos a tendência geral verificada a longo prazo, afirma N. Elias, ficamos com a impressão de «um constante desgaste e uma permanente diminuição no tamanho, acompanhada por uma lenta deslocação na direcção da expansão, e por uma deslocação do centro de gravidade de Ocidente para Oriente» (Elias, 1994: 343). Esta tendência é claramente evidente, afirma, nas alterações da dimensão do território alemão após 1866. Segundo N. Elias, essas alterações foram as seguintes:

|                          |                         |
|--------------------------|-------------------------|
| Liga Alemã antes de 1866 | 630.098 km <sup>2</sup> |
| Alemanha após 1870       | 540.484 km <sup>2</sup> |
| Alemanha após 1918       | 471.000 km <sup>2</sup> |

(Elias, 1994: 343)

A diminuição do território da Alemanha no «Segundo *Reich*», ou *Kaiserreich*, que teve lugar após 1870, deu-se porque o império anterior (o Sacro Império Romano-Germânico) e a confederação que por breve período lhe sucedeu,

no século XIX, a seguir ao acordo firmado no Congresso de Viena, depois da derrota de Napoleão (sendo que a ocupação de uma grande parte da Alemanha pelas tropas napoleónicas também desempenhou um papel importante neste processo), não foram capazes de conciliar as pretensões hegemónicas rivais das dinastias dos Hohenzollern (prussiana) e dos Habsburg (austriaca); tal facto conduziu à divisão entre a Alemanha e a Áustria — ou seja, à chamada *kleindeutsche Lösung* (solução da pequena Alemanha), a solução encontrada para o problema da unificação nacional alemã. A diminuição espacial verificada depois de 1918 foi consequência das perdas territoriais sofridas pela Alemanha em resultado da derrota na Primeira Guerra Mundial. Em *Os Alemães*, N. Elias mostra ainda como a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial teve por consequência uma continuação desta tendência no sentido de uma diminuição do território; por outras palavras, deu-se então mais uma divisão, desta vez entre as Repúblicas Federal (a Alemanha Ocidental) e Democrática (Alemanha Oriental)<sup>12</sup>.

Vejam, em resumo, o que foi o nosso raciocínio até aqui. Norbert Elias sustenta que o vasto território ocupado

V

<sup>12</sup> Pouco tempo antes de morrer, Norbert Elias explicou-me que um dos seus objectivos, ao escrever *Studien über die Deutschen* (*Estudos Sobre os Alemães*), fora a tentativa de reconciliar o povo alemão com a probabilidade de a divisão entre a Alemanha Ocidental e de Leste ser algo de permanente, resultante das tendências expansionistas profundamente enraizadas no *habitus*, na história e na estrutura social da Alemanha e que sempre haviam redundado em fracasso. Ironicamente, o autor viveria o suficiente para assistir ainda ao fim da Guerra Fria e à reunificação da Alemanha. Tal como a maior parte das pessoas, não tivera a percepção da fraqueza da antiga União Soviética e da sua inevitável derrocada. De facto, N. Elias não deixou de dar conta — e mesmo de se rir — da ironia do seu falhanço pessoal quanto a esta questão. É claro que falta saber até que ponto a reunificação da Alemanha será permanente ou efectiva. A nós, quer-nos parecer que ela será tanto mais duradoura e pacífica, quanto os alemães se voltarem mais para Oeste do que para Leste. Contudo, aconteça o que acontecer a este respeito, é nossa opinião que o valor do livro de N. Elias sobre os Alemães não diminui pelo facto de o seu autor não ser vidente. De facto, um dos aspectos centrais da sua sociologia, entendida no seu sentido mais geral, é que embora «toda a explicação torne possível fazer previsões de um ou de outro tipo», isso de modo algum significa que seja possível, com base em modelos sociológicos, «profetizar» acontecimentos futuros (Elias, 1978: 159). Em verdade, é defensável dizer que, tivesse Norbert Elias ou qualquer outro sociólogo aplicado o seu modelo em pormenor à antiga União Soviética, teria sido possível diagnosticar, nessa base, a fraqueza estrutural do «império» soviético, se não mesmo, porventura, o momento exacto da sua extinção. O próprio N. Elias chegou claramente a um diagnóstico semelhante no que concerne ao antigo Império Britânico, já em 1939 (Elias, 1994: 344-45).

pelos povos de língua alemã e a dimensão da respectiva população os levou a defrontar-se com maiores dificuldades, no que se refere à unificação e à formação de um Estado centralizado, do que os Ingleses ou os Franceses, cujos territórios e populações eram consideravelmente mais pequenos. Isso terá conduzido a tendências centrífugas muito mais fortes e a um padrão de desenvolvimento histórico e social muito mais descontínuo. Indício dessa descontinuidade terá sido a dimensão relativamente pequena de Berlim — capital do *Kaiserreich*, esse segundo império caracterizado por um maior grau de unificação e que durou de 1871 a 1918 — quando comparada com Londres e Paris, capitais da Inglaterra e da França respectivamente, as quais haviam conhecido um crescimento relativamente contínuo ao longo de cerca de mil anos. Outro indício terá sido o carácter fragmentado e a desunião das classes médias alemãs, cujas probabilidades de chegar ao poder, em comparação com a aristocracia, eram, em resultado disso, menores do que as dos grupos que lhes correspondiam na Inglaterra e na França. A fraqueza da burguesia alemã foi acentuada pelo facto de ao velho império faltar uma capital reconhecida por todos, e que pudesse servir de foco de acção revolucionária. Em resultado disso, terá sido relativamente fácil o modo como ela foi derrotada na Revolução de 1848.

A fragmentação e desunião do Sacro Império Romano-Germânico, o qual em 1800 compreendia ainda mais de 400 unidades políticas autónomas e semi-autónomas (Sagarra, 1980), resultou em que, ao contrário da França, onde toda uma sociedade se desenvolveria em torno da corte, ou ao contrário da Inglaterra, onde surgiria uma «grande Sociedade» centrada em Londres, nada de semelhante surgiria na Alemanha que pudesse «cortear» ou «domar» a aristocracia alemã. Em consequência, esta manteve um *ethos* de orientação militarista — ou, talvez melhor, um «código guerreiro» — durante mais tempo do que as aristocracias da França e da Inglaterra. Além disso, ela excluiu também as classes médias das suas cortes, muito numerosas e dispersas, por forma a garantir que as elites das classes médias tivessem uma experiência diminuta ou nula de participação nos assuntos da governação<sup>13</sup>. De acordo com N. Elias, reside aí uma das raízes do *ethos* originariamente humanista das classes médias

<sup>13</sup> Excepção parcial a este respeito terá sido, entre outros, Goethe, que chegaria a desempenhar funções na pequena corte de Weimar.



alemãs, o *Bildungsbürgertum*, mais voltada para a filosofia, a ciência e as artes, do que para a política e a economia. Mas como é que isto contribui para explicar o longo processo que, feito o devido balanço, iria no sentido da «barbarização» e da «descivilização» e que, em última análise, conduziria à ascensão do Nazismo e ao Holocausto?

Através de um hábil e subtil entrelaçamento da evidência empírica com a explanação teórica, N. Elias vai identificando os inúmeros modos como as características do *habitus*, da estrutura da personalidade, da estrutura social e do comportamento alemães que, no seu conjunto, deram origem à ascensão de Hitler e ao Holocausto, podem ser entendidas como tendo tido origem no passado da Alemanha. A ideia a que N. Elias quer chegar não é a de que a ascensão de Hitler e o Holocausto brotaram inevitavelmente dessas fontes psicológicas, estruturais e sociais, mas antes que estes acontecimentos, tão estigmatizantes a nível internacional, se deram em resultado de decisões tomadas num contexto de crise nacional, por grupos dirigentes que gozavam de um generalizado apoio por parte do povo, e em especial da classe média, e que agiram em função daquilo que era — e em certa medida continua a ser (Schmidt, 1993) — um conjunto alargado e profundamente sedimentado de aspectos de *habitus*, personalidade, estrutura social e comportamento tipicamente alemães. A este propósito, Norbert Elias dedica uma atenção particular a alguns traços da história e do desenvolvimento social da Alemanha, como sejam<sup>14</sup>:

i) Ao longo de todo o século XX, a imagem dos Alemães que prevalece na Europa, na América e em muitas outras partes do mundo é a de um povo poderoso, agressivo e guerreiro. Desde o século XVI até finais do século XIX, contudo, os Alemães foram vistos pelo resto da Europa como um povo débil e não-militarista. Em 1814, Madame de Staël, por exemplo, escrevia sobre eles o seguinte: «a nação é, por natureza, literária e filosófica; [...] o reino dos mares pertence aos Ingleses; o reino da terra, aos Franceses; o reino dos ares, aos Alemães» (de Staël, 1985: 28-29). Adiante, a mesma autora acrescenta: «A barreira impenetrável que na Alemanha dividia a nobreza da burguesia teve como consequência

<sup>14</sup> Deixamos de fora, nesta nossa exposição, o tratamento breve que Norbert Elias faz dos efeitos que a posição sócio-geográfica dos povos de língua alemã teve sobre a história e o desenvolvimento social da Alemanha, quando comparados com os povos de línguas eslavas e latinas.

necessária que a nação no seu todo se tornou menos militarista» (de Staël, 1985: 33). A Alemanha conhecera, no século XVI, uma tremenda perda de poder, quando, em grande parte em conjugação com as guerras entre os príncipes católicos e protestantes, o império medieval se desfez. Em resultado disso, no século XVII — um século recordado por Ingleses e Franceses como uma era de conquistas gloriosas — a Alemanha tornou-se o terreiro das lutas de galos da Europa (Elias, 1996: 322). O aspecto mais notório desta realidade foi a devastadora Guerra dos Trinta Anos, na qual se calcula que a Alemanha tenha perdido um terço da sua população (Elias, 1996: 6). Por volta dos finais do século XVII a Alemanha foi invadida de novo, desta vez por Luís XIV, o que se viria a repetir, por parte de Napoleão, nos inícios do século XIX. Em consequência, e de acordo com Norbert Elias, os Alemães adquiriram uma dolorosa consciência do estatuto que era o seu na hierarquia dos Estados europeus, passando a nutrir uma dúvida crónica relativamente à sua própria valia. Esta circunstância fez com que os Alemães passassem a idealizar de maneira sentimental e romântica a grandeza do seu passado perdido e a ansiar pela criação de um novo *Reich*. N. Elias salienta ainda que a palavra *Reich* tem conotações diferentes das que a palavra «império» tem, em Inglês e em Francês. Concretamente, dadas as ligações entre as suas origens e o Sacro Império Romano-Germânico, e para além do facto de estar profundamente imbuída de um anelo romântico por um passado perdido e de grandeza, a palavra em si implica a fantasia de um império na Europa, por oposição a um espaço ultramarino, ou, pelo menos, assim foi até final do «Terceiro *Reich*» em 1945 (Elias, 1996: 367).

ii) Comparada com países como a Grã-Bretanha e a França, que tiveram a sua unificação mais cedo e desfrutaram de um padrão de desenvolvimento histórico e social menos descontínuo, a Alemanha só foi unificada na segunda metade do século XIX, graças a uma série de guerras vitoriosas levadas a cabo sob a chefia dos militaristas prussianos. Foi esse um processo no decurso do qual a oscilação entre valores «humanistas» ou «idealístico-liberais», por um lado, e «anti-humanistas» ou «conservadores e nacionalistas», por outro lado, verificada entre os sectores dominantes das classes médias, se alterou de maneira decisiva a favor dos últimos. Segundo Norbert Elias, a vitória alemã na guerra franco-prussiana, em 1871, teve aqui um papel decisivo. A

burguesia liberal aspirara chegar à unificação nacional através de meios pacíficos. No caso em análise, o que sucedeu foi que a unificação foi conseguida através da guerra e sob a liderança da classe militar; esta circunstância causou uma tal impressão sobre a maioria das classes médias que estas começaram a mostrar-se cada vez mais permeáveis aos valores militaristas. Nas palavras de N. Elias, «a vitória dos exércitos alemães sobre a França foi, simultaneamente, uma vitória da nobreza alemã sobre a classe média alemã» (Elias, 1996, p. 14). No século XVIII e no princípio do século XIX, a cultura da classe média alemã fora dominada pela obra de autores como Goethe, Kant e Schiller; após 1871, as obras de Nietzsche e Ernst Jünger passaram a expressar e a reforçar a perspectiva dominante (Elias, 1996: 115-19, 207-13).

A unificação da Alemanha ocorreu em simultâneo com os processos de industrialização e urbanização, ao mesmo tempo que contribuía para os reforçar. Em resultado disso, o poder das classes médias — incluindo, pela primeira vez, importantes sectores empresariais e industriais — passou a ser maior. O mesmo se passou com o poder do operariado industrial. Esse aumento do poderio da classe operária foi visto como uma ameaça por parte da classe média, o que fez com que largos sectores desta fossem empurrados ainda mais decisivamente no sentido de uma identificação com o sector militar-aristocrático (Elias, 1996: 60). Não obstante estas deslocções de poder, as principais alavancas do poder do Estado, especialmente no respeitante à política externa e aos assuntos militares, mantiveram-se nas mãos do *Kaiser* e da nobreza, continuando a classe média a ser uma classe subordinada, excluída, em grande medida, dos assuntos da governação. Com efeito, a absorção dos valores da hegemonia prussiana por parte de amplos sectores das classes médias alemãs — inclusivamente do campesinato e das classes trabalhadoras — foi de tal modo intensa que muitos deles se mostraram favoráveis a uma governação de tipo absolutista<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Thomas Mann, por exemplo, escrevia em 1919 (embora após a ascensão de Hitler lamentasse tê-lo afirmado), nas suas «Reflexões de um Homem Apolítico», que a democracia era algo de profundamente «não-alemão» e alheio à *Kultur*. E à pergunta feita pelo general Ludendorff, em 1918, para que definisse «democracia», Max Weber escreveu: Numa democracia, as pessoas escolhem um chefe em quem confiam. Então, o chefe escolhido diz: «Calai-vos e obedecel-me». A partir desse momento, as massas e os partidos políticos deixam de ser livres de se intrometer com o chefe.» (ambos citados em Waite, 1977: 282-83).

Norbert Elias chama ao Segundo Império Alemão — esse *Kaiserreich* mais unificado, que durou de 1871 a 1918 — uma *satisfaktionsfähige Gesellschaft* —, expressão impossível de traduzir directamente, mas que significa uma sociedade edificada em torno de um código de honra à luz do qual a ideia de duelo, e de dar ou obter reparação ou «satisfação», ocupavam um lugar de destaque. Segundo N. Elias, a unificação da Alemanha terá, portanto, implicado uma «brutalização» dos sectores mais destacados das classes médias, processo em que as associações ou «fraternidades» de estudantes universitários — as *Burschenschaften* — tiveram um papel crucial (Frevert, 1991; McAleer, 1994; Kiernan, 1986). A exemplo do que sucedeu com as escolas públicas na Inglaterra, as universidades alemãs foram instituições em que se verificou um processo de unificação parcial entre a aristocracia e as classes médias. De um modo geral, uma e outras tinham as suas associações próprias, mas travavam duelos entre si, e pertencer a estas constituía uma condição *sine qua non* para se ser considerado *satisfaktionsfähig* — digno de ser desafiado para um duelo — e, por conseguinte, para ser admitido nas «boas sociedades» existentes um pouco por todo o *Kaiserreich*. Neste contexto, e ainda de acordo com Norbert Elias, as classes médias foram ainda mais «brutalizadas» do que os seus dirigentes aristocratas, dado que estes últimos se achavam sujeitos a maiores restrições, em consequência do *ethos* de honra do seu código guerreiro.

Numa recensão de *Studien über die Deutschen*, Stephen Kalberg resumiu assim sumariamente a análise que N. Elias faz do *ethos* do *satisfaktionsfähiges Kaiserreich*:

A componente militar do *ethos* desta burguesia-aristocracia manteve-se inconfundível. Dos membros deste estrato dirigente espera-se obrigatoriamente que dêem mostras de disciplina, de honra e de um inquebrantável sentido do dever. A força de carácter é demonstrada pela inflexibilidade e pela implacabilidade (*Unerbittlichkeit*), bem como pela severidade e pelo rigor na perseguição dos objectivos. As relações entre as pessoas são marcadas pelo sentido de hierarquia, pela reserva, pela distância social e pelo formalismo. Aspirava-se ainda ao ideal de uma certa rudeza de atitude e de porte, bem como a um inabalável autocontrolo. Havia que manter «uma vontade de ferro» e os actos de violência e de brutalidade, quando empregues ao serviço de objectivos nobres [que o mesmo era dizer, nacionais — EGD/SJM] não tinham nada de ambivalente; de facto, eram investidos de um sentido claro. O jovem oficial de origem burguesa que comandasse a sua companhia com valentia no campo

de batalha e que defendesse o *ethos* militar da aristocracia sem o questionar era objecto de exaltação. À luz deste *ethos*, a guerra e a batalha eram entendidos como algo de inexorável e mesmo de desejado, por oferecerem a oportunidade de demonstrar as virtudes masculinas. Toda a «moralidade» e «humanismo» sentimentalistas eram vistos como suspeitos e apenas merecedores de desdém, como efectivamente salientaram Nietzsche e Ernst Jünger, os mais destacados proponentes deste código no plano literário. Todo e qualquer sinal de fraqueza devia ser refreado e ocultado. Além disso, a própria intensidade com que este cânone era vivido obrigava a que os que violavam ou que abrandavam a observância desta «consciência colectiva» fossem obrigados a sofrer pela sua fraqueza. O poder normativo deste *ethos* da força alastrou muito para além do estrato que o veiculou, penetrando inclusivamente, de maneira muito significativa, na classe operária e influenciando a sua ética laboral (Kalberg, 1992)<sup>16</sup>.

O que N. Elias diz é que este *ethos* da *satisfaktionsfähige Gesellschaft* desempenhou um importante papel na ascensão do Nazismo. Escreve este autor:

Procurei tratar com maior rigor a penetração dos modelos militares em certos sectores da classe média alemã, porque considero que o Nacional-Socialismo, e o surto descivilizador que este acarretou, não pode ser cabalmente entendido sem nos referirmos a este contexto. Um exemplo simples da apropriação e posterior degradação dos modelos aristocráticos é a exigência de que todo o «ariano» fizesse prova de o ser indicando um determinado número de antepassados «arianos» [por analogia com a exigência aristocrática de um número determinado de antepassados nobres e isentos de contaminação por sangue burguês — EGD/SJM]. Acima de tudo, porém, só neste quadro se consegue explicar o recurso desenfreado a actos de violência enquanto único veículo realista e decisivo de fazer política, prática que esteve no centro da doutrina de Hitler e da estratégia usada já na fase da sua ascensão ao poder (Elias, 1996: 15).

iii) A brutalização de sectores destacados das classes médias alemãs e a absorção, por parte destes, de um código militarista duro e radical terá constituído assim, segundo Norbert Elias, uma das condições prévias para o processo de barbarização da Alemanha, que ajudou a preparar o caminho para a ascensão do Nazismo e para o Holocausto. Em resumo, N. Elias acentua o modo como, na história e no

<sup>16</sup> Kalberg critica Norbert Elias por não se debruçar sobre o termo *Schadenfreude*, mas a verdade é que ele o faz em *The Germans* (1996: 112).

desenvolvimento social da Alemanha, se verificou um conjunto de circunstâncias que se aliaram para produzir o ressurgimento de valores guerreiros, no momento em que uma teoria de tipo mais unilinear — do tipo que Bauman, Burkitt e outros erradamente dizem ser o proposto por N. Elias — nos poderia ter levado a esperar o seu declínio.

Outra condição prévia para a ascensão do Nazismo e para o Holocausto adveio da experiência alemã da Primeira Grande Guerra e das consequências desta. Como sempre acontece nas guerras — uma vez que são, por definição, descivilizadoras —, as consequências descivilizadoras foram vividas em maior ou menor grau por *todos* os contendores e não apenas pelos Alemães. No que concerne aos Alemães, porém, essas consequências prolongaram-se, após a guerra, através de um duplo circuito de violência extra-estatal que conheceu uma escalada imparável. Concretizando, Norbert Elias mostra como, na república de Weimar que se seguiu ao *Kaiserreich*, se assistiu ao declínio do monopólio estatal da força (Elias, 1996: 214-23). Para esse processo contribuíram certos factos e desenvolvimentos, não só internacionais, como também especificamente alemães. Decisiva, a esse respeito, foi a reacção à revolução bolchevique de 1917 na Rússia, tanto dentro como fora da Alemanha. Igualmente decisivos foram os termos do Tratado de Versalhes impostos pelas forças aliadas vitoriosas, e particularmente o facto de Hindenburg e as chefias do exército alemão terem conseguido fazer com que o Tratado surgisse como sendo da exclusiva responsabilidade do incipiente regime parlamentar de Weimar, dando assim origem ao mito da «punhalada nas costas» (Elias, 1996: 194-5).

N. Elias mostra como na Alemanha, a exemplo do que se passou noutros países após a Primeira Guerra Mundial, os movimentos de operários se dividiram entre, por um lado, facções pró-soviéticas favoráveis ao uso de tácticas extraparlamentares violentas na prossecussão dos seus objectivos, e por outro lado, facções anti-soviéticas de feição pacifista e pró-parlamentar (Elias, 1996: 215-7). Na Alemanha, estas últimas tinham o apoio de um número considerável de elementos da população judaica e da *intelligentsia* liberal. Mas a maioria dos que haviam pertencido ao aparelho guilhermino — a *zufriedenstellende Gesellschaft* — opunham-se vigorosamente à República de Weimar, chamando ao Parlamento um antro de «conversa fiada» e, à república, «pocilga» (Elias, 1996: 189). Consideravam a democracia algo de «não-ale-

mão» e ansiavam pelo regresso do domínio absolutista (Mann, 1919, citado em Waite, 1977: 282). Segundo Norbert Elias, na base de tais sentimentos achava-se a incapacidade de aceitar, em primeiro lugar, a derrota da Alemanha numa guerra que os seus valores muito tinham contribuído para desencadear; e, em segundo lugar, o facto de a derrota ter levado a uma alteração do equilíbrio de poder na Alemanha que ia contra os seus interesses, ao mesmo tempo que beneficiava os da classe operária. Acima de tudo, não suportavam o facto de, na República de Weimar, serem governados por pessoas que consideravam «ralé». (O presidente Ebert, por exemplo, tinha sido albardeiro antes da guerra — Elias, 1996: 183). Acresce que, dadas as restrições impostas à dimensão das forças armadas da Alemanha pelo Tratado de Versalhes, as oportunidades de uma carreira militar a que tantos deles aspiravam passaram a estar severamente restringidas. Profundamente desiludidos, muitos constituíram ou integraram os *Freikorps* a fim de lutar contra a «ameaça bolchevique», e especialmente contra os grupos de operários que faziam apelo ao uso da força. E assim foi posto em movimento um duplo circuito de violência e de contra-violência crescente, numa escalada que viria a terminar na ascensão de Hitler ao poder (Elias, 1996: 188 e seg.s)<sup>17</sup>.

Imediatamente a seguir à guerra, quando os aliados vitoriosos se encontravam ainda empenhados em policiar o acordo de Versalhes, as probabilidades de estes grupos violentos de extrema-direita atingirem os seus objectivos na Alemanha eram relativamente escassas. Contudo, o receio do alastramento das ideias bolcheviques cedo fez com que a vigilância dos aliados abrandasse: de facto, estes consideravam a extrema-esquerda uma ameaça muito mais séria do que a extrema-direita. De acordo com Norbert Elias, à medida que esse duplo circuito de violência foi alastrando, uma certa «carreira» de extrema-direita começou a ganhar contornos perfeitamente típicos. Começando como oficial do exército guilhermino (ou, se demasiado jovem, talvez como cadete do corpo prussiano de cadetes), esse indivíduo de perfil típico integrava seguidamente um *Freikorps*, tendo muitas vezes sido participante das suas fracassadas campanhas

<sup>17</sup> Ao avançar a imagem e o conceito de um duplo circuito dotado de uma dinâmica própria, Norbert Elias estava, fundamentalmente, a propor o equivalente sociológico das ideias populares de «círculo vicioso» e «círculo virtuoso». É em Elias, 1987, que se encontra, porventura, a discussão mais alargada desta questão.

no Báltico. A seguir, entrava para uma organização terrorista secreta e de carácter conspirativo do género da organização *Consul* — N. Elias calcula que terá havido cerca de mil assassínios terroristas de políticos e de simpatizantes republicanos durante os anos da república de Weimar —, acabando finalmente por se filiar no partido nazi (Elias, 1996: 191-92). N. Elias mostra o modo como estes homens, já de si imbuídos de um código militarista, conheceram um embrutecimento ainda maior por efeito das suas vivências, com particular relevo para os que tiveram a experiência da campanha do Báltico (Elias, 1996: 192-96). Este autor mostra também como o seu ódio profundo a tudo o que se relacionava com a república fez com que muitos deles se tornassem niilistas e demonstra ainda como, devido ao facto de estarem mais bem organizados, serem mais disciplinados e terem um maior apoio, inclusivamente financeiro, por parte de grandes sectores das classes alta e média, tinham muito mais hipóteses de êxito do que a esquerda. Numa tal situação, e ainda segundo Norbert Elias,

Hitler teve êxito onde os chefes dos *Freikorps* fracassaram, ou seja, ao destruir efectivamente o regime parlamentar de Weimar. E teve êxito, em grande medida, porque fez um esforço no sentido de mobilizar amplos sectores das massas recorrendo a propaganda extraparlamentar. Os *Freikorps* contaram-se entre os seus mais importantes precursores, preparando-lhe o caminho. Os seus objectivos eram, sob muitos aspectos, idênticos aos de Hitler. Contudo, não obstante todo o processo de barbarização a que as suas atitudes e mentalidade haviam sido submetidas, estas não deixavam de continuar enraizadas na tradição dos oficiais de elite — a tradição da *satisfaktionsfähige Gesellschaft*, velha, nobre e tipicamente de classe média. Hitler, simples soldado raso promovido a cabo, rompeu as barreiras elitistas do movimento de oficiais e estudantes, transformando-o num amplo movimento populista, livre das restrições elitistas que impediam que alastrasse às massas. A pertença à «raça germânica» abria as portas a muito mais gente do que a pertença à «boa» e nobre sociedade da classe média e, no que respeitava à juventude, do que a pertença ao corpo de oficiais ou às associações estudantis (Elias, 1996: 197).

A ascensão de Hitler ao poder implicou, assim, um processo de democratização muito específico. Tratou-se de um processo cada vez mais violento, que o estado de Weimar se viu impotente para contrariar com eficácia. Nas palavras de Norbert Elias,



a violência do movimento nacional-socialista, aliado às associações de defesa organizadas a título particular, [...] provocou a dissolução quase total do monopólio da força — sem o qual nenhum estado pode funcionar a longo prazo —, acabando por destruir a República de Weimar a partir de dentro (Elias, 1996: 228).

iv) De entre as inúmeras consequências que, segundo N. Elias, advieram do facto de os processos alemães de unificação do Estado e de industrialização terem ocorrido, não em resultado de uma revolta contra o domínio absolutista empreendida a partir de baixo, mas antes sob a égide do absolutismo, contou-se a circunstância de o povo alemão não ter adquirido, ao longo do tempo, um *habitus* e uma consciência sintonizados com esse exercício de diálogo e de busca de compromissos que é o sistema parlamentar (Elias, 1996: 288-97). Pelo contrário, os Alemães enquanto povo terão adquirido um padrão de *habitus* e de consciência que dependia de um controlo autoritário externo e que se expressava através de conceitos caracteristicamente alemães, como seja o de *Kadavergehorsam* — «obediência de cadáver» (Elias, 1996: 382). Hans Frank, por exemplo, que foi *Reichsminister* e governador-geral da Polónia ocupada, reformulou da seguinte maneira o conceito kantiano de «imperativo categórico»: «Eis o imperativo categórico da acção no Terceiro Reich: agi como se o *Führer*, se tivesse conhecimento das vossas acções, as aprovasse» (Elias, 1996: 383). Em consonância com esta atitude, estava também a metáfora do *Radfahrermechanismus* — o «mecanismo do ciclista» (Elias, 1996: 380) — o qual traduzia uma ânsia de submissão relativamente aos que se encontravam no poder, e o atirar os conflitos para cima dos que se encontravam em posição subalterna. Foi este um de muitos indicadores do modo como o *habitus* e a cultura alemães, profundamente enraizados como estavam, promoviam a identificação com o opressor, levando, sob o domínio nazi, a resultados que se haveriam de tornar plenamente manifestos nos campos de concentração.

Em *Os Alemães*, N. Elias propôs uma distinção — baseada na distinção entre magia «branca» e «negra» — entre ideologias «negras» e «brancas». A doutrina nazi, argumenta, terá sido uma «ideologia negra», prenhe de ideias que têm muito mais a ver com um mundo pré-industrial do que com um mundo industrial (Elias, 1996: 380). Para além disso, o autor sugere ainda, nessa obra, que

Hitler foi, essencialmente, um curandeiro político de tipo inovador. Não é uma figura de estilo, mas antes a simples verificação de um facto, afirmar que Hitler, na Alemanha, desempenhou uma função e se revestiu de características parecidas com as de um fazedor de chuva, um feiticeiro, aquilo a que, em grupos tribais de tipo mais simples, chamaríamos um xamã. Hitler garantiu a um povo cansado e sofredor que lhe daria o que ele mais desejava, do mesmo modo que um fazedor de chuva promete, a um povo ameaçado de fome e de sede por um longo período de seca, que voltará a fazer chover (Elias, 1996: 389)<sup>18</sup>.

Hitler e os nazis apresentaram também os Alemães com um impulso extremamente prestigiante para o seu ego, e para o qual estes não precisaram sequer de mexer uma palha, quando por mera via formal os declararam membros de uma raça superior, a «raça ariana». Para Norbert Elias, o Holocausto foi consequência directa da ideologia racial dos nazis (Elias, 1996: 311-12). Contudo, e de acordo ainda com N. Elias, enquanto o nazismo e o Holocausto resultaram, em parte, de processos sociais e psicológicos que foram especificamente alemães, noutros aspectos eles tiveram origem em tendências que de modo algum foram exclusivas deste país. Afirma o autor:

Muitos acontecimentos contemporâneos indicam que o nacional-socialismo veio pôr a nu, porventura de uma forma particularmente gritante, aquilo que são condições comuns às sociedades contemporâneas, ou seja, tendências quanto ao modo de agir e de pensar passíveis de também ser encontradas noutras paragens (Elias, 1996: 303).

No seu livro *Bloody Revenge: Emotions, Nationalism and War* (*Vingança Sangrenta: Emoções, Nacionalismo e Guerra* — 1994), Thomas Scheff desenvolve algumas perspectivas idênticas a esta, e que são merecedoras de ser referidas neste contexto. Scheff desenvolveu uma teoria — parcialmente influenciada por N. Elias e pela psicanalista Helen Block Lewis (1971) — da dinâmica emocional dos conflitos, aplicável não apenas à hostilidade entre nações, mas também aos conflitos humanos a todos os níveis. Na verdade, a teoria das «espirais de vergonha-ira», nasceu da investigação sobre os conflitos conjugais (Scheff e Retzinger, 1991). Mas ela tem também a ver com os grupos humanos, inclusi-

<sup>18</sup> Ver igualmente Waite (1977), principalmente o capítulo 4, pp. 244 e seg.s.

vamente à escala nacional, uma vez que, como afirma Norbert Elias, existem

conexões entre o destino e as experiências de longo-prazo de um povo e o *habitus* social desse povo em qualquer época subsequente. A este nível da estrutura da personalidade — chamemos-lhe, por agora, «o nível do nós» —, verifica-se frequentemente a acção de sintomas de perturbação complexos que, na força e na capacidade de causar sofrimentos, não ficam atrás das neuroses individuais (1996: 19).

O orgulho e a vergonha são, segundo Thomas Scheff, as «grandes emoções». Na dinâmica de conflito, a vergonha, particularmente a vergonha que é negada, produz ira, que por sua vez produz mais vergonha, num padrão crescente de hostilidade que se vai alimentando a si próprio (sendo este processo um exemplo daquilo a que N. Elias, na esteira de Bateson, frequentemente chamou um duplo circuito). A perda da Alsácia-Lorena em 1871 humilhou os Franceses; Gambetta aconselhou-os a «nunca falar do assunto, a nunca o tirar do pensamento», atitude que Scheff descreve como «um conselho no sentido da obsessão, da negação, e da superação da ira» (Scheff, 1994: 87). Mais tarde, o espírito revanchista iria infligir uma humilhação recíproca aos Alemães, em Versalhes. Daqui resulta o contexto para a explicação que Scheff dá do apelo emocional de Hitler, e que é um pouco mais exacta do que a explicação de N. Elias atrás citada:

[...] ao justificar a raiva dos Alemães, Hitler estaria também, aos olhos destes, a mitigá-la. A sua ira e o lançar a vergonha alemã sobre os Judeus iria diminuir temporariamente o nível da dor do alemão médio, ao interromper a reacção em cadeia constituída pela vergonha e pela ira desenfreadas. Subjacente ao comportamento e às crenças de Hitler estava uma atitude do tipo, «não há que ter vergonha de sentir humilhação e raiva; a culpa não é vossa». Pode estar exactamente aí o segredo do carisma: no conteúdo emocional da mensagem, e não na sua componente cognitiva. O dirigente que for capaz de diminuir o grau de vergonha do grupo e de interromper o seu contágio, mesmo se por breves instantes ou com grande custo, será visto como um chefe carismático (Scheff, 1994: 118).

Todas as sociedades modernas contêm, na sua maioria ou mesmo na sua totalidade, grupos com crenças semelhantes às dos nazis. Já descrevemos o modo como N. Elias explica a ascensão dos nazis ao poder, na Alemanha, como parte de um longo processo no decurso do qual as tendên-

cias barbarizantes e descivilizadoras foram aos poucos ganhando precedência sobre as correntes de tipo humanizante e civilizador. De que modo explica este autor a tentativa, por parte dos nazis, de exterminar os Judeus? Segundo Norbert Elias, foram escassos os ganhos conquistados pelos nazis ao usar os Judeus como bodes expiatórios, na sua via de ascensão ao poder. Tiveram também ganhos limitados ao fazê-los vítimas de expropriações e do extermínio (Elias, 1996: 304). No entanto, N. Elias sustenta que tais considerações de tipo económico e estratégico não chegam para explicar aquilo que os nazis apelidaram de «solução final para o problema judaico». Para se compreender o Holocausto, de acordo com N. Elias, é fundamental compreender, primeiramente, que esse fora desde sempre um dos principais objectivos de Hitler, partilhado pelos dirigentes das SS, os quais, segundo afirma, eram verdadeiros campeões de uma ortodoxia nacional-socialista militante, e que nem Hitler, nem os seus apaniguados das SS faziam segredo dos seus planos. Assim, milhões de judeus foram assassinados porque Hitler e a classe dirigente formada pelos nacional-socialistas acreditavam fervorosamente que os Judeus eram uma «raça inferior», cuja presença na Alemanha e no «Terceiro Reich» constituía uma ameaça à «pureza racial» dos Alemães. Por esse motivo, quando, no decurso da guerra, sentiram que já não tinham que dar muita importância à opinião estrangeira, serviram-se do poder que detinham sobre o povo alemão e sobre os territórios que haviam conquistado para levar à prática a concretização de uma crença fervorosamente acalentada. Norbert Elias escreve, a propósito:

Não é fácil responder [...] à pergunta sobre como é que em 1939<sup>19</sup> se enveredou pela via do assassinio de todos os Judeus. A decisão em si mesma, bem como a sua concretização, entroncaram directamente numa doutrina central do sistema de crenças nazi. Hitler e os seus seguidores nunca tinham feito segredo da hostilidade total e absoluta com que encaravam os Judeus e do seu desejo de os destruir. Não surpreende, por isso que, quando os riscos começaram a afigurar-se menores, tivessem acabado por traduzir em actos esse desejo de destruição (Elias, 1996: 311-12).

---

<sup>19</sup> Norbert Elias escreveu este passo na década de sessenta, pelo que não podia saber aquilo que a investigação histórica posterior viria revelar, ou seja, que a decisão de levar à prática o extermínio total foi tomada um pouco mais tarde — mais concretamente, no Verão do ano de 1941.

Por conseguinte, a questão fundamental, para N. Elias, está em que a ideologia racial dos nazis não era um conjunto de ideias que visavam disfarçar ou encobrir quaisquer outros objectivos ou interesses supostamente «racionais». Pelo contrário, ela constituía uma pedra de toque do seu plano para estabelecer um «Reino de mil anos» e «racialmente puro», dominado pela «grande raça» alemã. Quem eram as pessoas que defendiam tais ideias? De acordo com Norbert Elias,

Entre os factores mais ou menos superficiais que podemos detectar na ascensão do movimento nacional-socialista contam-se as características sociais peculiares da sua elite. Os dirigentes do partido eram, na sua maioria, [...] apenas «meio-instruídos». Tratava-se de pessoas que — e nisso nada há de invulgar para um movimento deste tipo — durante a vigência da velha ordem se achavam fora dela ou haviam fracassado socialmente, pessoas frequentemente imbuídas de uma ambição de tal modo ardente que lhes tomava impossível suportar a sua inaptidão e insuficiências ou sequer admiti-las perante si próprias. O sistema de crenças nazi, com a sua fina camada de verniz pseudo-científico pintada por cima de uma mitologia nacional primitiva e bárbara, constituía um dos sintomas mais extremos do crepúsculo moral e intelectual em que viviam. A própria circunstância de tal sistema não aguentar a crítica das pessoas mais instruídas e de, com poucas excepções, não ter atraído estas mesmas pessoas, foi porventura uma das razões por que elas subestimaram muitas vezes a gravidade da crença em causa e a autenticidade dos sentimentos nela investidos. Poucos são os mitos sociais, e principalmente os mitos nacionais, do nosso tempo que estão isentos de falsidades e de barbarismos semelhantes a estes. A doutrina nacional-socialista revela de forma gritante, como uma imagem especular distorcida, alguns dos seus traços comuns (Elias, 1996: 315).

Deste modo, o sistema de crenças nazi, com todas as falsidades e barbarismos que lhe eram inerentes, não foi mais do que um exemplo extremo de um tipo de ideologia que não é incomum nas sociedades modernas. Enquanto tal, atraiu sobretudo um tipo de pessoas «meio-instruídas» que deixaram o seu cunho em muito daquilo que é característico da civilização do século XX, não apenas na Alemanha mas também em muitos outros países. Porém, de entre todos os países ocidentais, foi a Alemanha, que havia passado por toda a série daquilo a que em jeito de balanço chamámos desenvolvimentos barbarizantes e que abordámos ao longo deste estudo, o país onde esses grupos, confrontados com uma crescente crise interna e externa, teriam mais probabilidades de vir a conquistar o poder estatal.

## Conclusão

Procurámos neste artigo mostrar que as tentativas de autores como Bauman, Leach e Curtis, no sentido de refutar a teoria dos processos civilizadores de N. Elias, caem por terra, uma vez que estes autores cometem erros graves na interpretação que fazem dessa teoria. Enganam-se, também, no sentido em que não levam em consideração o facto de a teoria ser «multilinear» e visar, sobretudo, explicar as diferentes trajectórias da formação do Estado na Grã-Bretanha, na França e na Alemanha, bem como o conjunto de desenvolvimentos de longo-prazo e globalmente descivilizadores que levaram ao nazismo e ao Holocausto no caso alemão.

Uma coisa, no entanto, deve dizer-se em favor da obra de Bauman sobre o Holocausto, quando comparada com a de N. Elias. E isso é que, não obstante a leitura incorrecta que faz da teoria dos processos civilizadores enquanto teoria padrão da modernização, Bauman desenvolve efectivamente, por via de fontes secundárias, uma estimulante explicação do porquê de o Holocausto ter tido como alvo principal os Judeus (Bauman, 1989: 31 e segs.). Apesar das suas próprias origens judaicas, esta é uma questão sobre a qual Norbert Elias manteve um relativo silêncio<sup>20</sup>. Daqui resulta que, para uma compreensão mais abrangente do Holocausto, seria útil tentar proceder a uma síntese destes aspectos das teses de Bauman com as de N. Elias sobre o porquê de a trajectória do desenvolvimento da Alemanha ter, num balanço geral, tomado o rumo da descivilização.

As razões de Burkitt são mais convincentes. Enxertando alguns aspectos da teoria da modernidade de Bauman com a teoria de Norbert Elias sobre os processos civilizadores, Burkitt chegou a algumas propostas que constituem novos desafios para a reflexão. Em última análise, porém, a tentativa que faz para transcender N. Elias cai pela base, devido ao facto de não compreender até que ponto é crucial o conceito de «democratização funcional» para a teoria deste autor. Acima de tudo, Burkitt não vê o papel fundamental atribuído por N. Elias aos grupos da classe média no processo civilizacional. Mais concretamente, parece não se dar conta de como N. Elias procurou demonstrar o modo como a brutalização dos

---

<sup>20</sup> Na verdade, Norbert Elias aborda brevemente os problemas dos Judeus na Alemanha na sua obra *Reflections on a Life* (*Reflexões sobre uma vida* - 1994). Por outro lado, e como é evidente, a sua teoria do centro e da margem («established/outsiders») terá provavelmente tido por base as suas próprias experiências pessoais. Ver também Steven Russell, *Jewish Identity and Civilizing Processes* (*Identidade Judaica e Processos Civilizadores*).

grupos burgueses dominantes no *Kaiserreich* durante a Primeira Guerra Mundial, e no decurso da espiral de violência e contra-violência vivida durante a República de Weimar, quando se verificou uma quebra no monopólio estatal da força, foi um fenómeno que fez parte de um processo mais longo que, numa apreciação global, caminhou num sentido descivilizador e conduziu, em última análise, à ascensão dos nazis e ao Holocausto. Tal processo conduziu, igualmente, à Segunda Guerra Mundial, na qual não apenas os Alemães, mas todas as nações que aí combateram, acabaram por ficar envolvidas num ciclo de violência em que se cometeram muitas atrocidades e cujas ramificações ainda hoje produzem sequelas.

Num ensaio recente, Helmut Kuzmics sugeriu a seguinte ideia sobre o estudo de Norbert Elias a propósito dos Alemães: «Sob certos aspectos, a interpretação de N. Elias parece enfermar de um certo viés que é prusso-cêntrico, '*Kleindeutsch*' e protestante» (Kuzmics, 1994: 11-12). Um juízo como este é plausível e digno de uma reflexão mais aprofundada. Ele poderá ajudar a explicar algumas lacunas existentes na obra de N. Elias, como seja o facto de este autor não procurar a explicação para aspectos tais como, por exemplo, o porquê de o partido nazi ter tido origem em Munique e de o seu dirigente ser um austríaco. Em nossa opinião, a plausibilidade do juízo crítico de Kuzmics é reforçada pelo facto de assentar numa compreensão e numa avaliação rigorosas do contributo de Norbert Elias e de um conhecimento rigoroso da história e do desenvolvimento social da Alemanha, bem como das fontes relevantes. Por outras palavras, trata-se de um estudo que parte de uma investigação original, não enveredando pelo tipo de «remendagem» essencialmente filosófico-ideológica que, em nossa opinião, ensombra a obra de Bauman e, embora em menor grau, também a de Ian Burkitt.

Julgamos apropriado dar a última palavra no presente ensaio a N. Elias, a fim de tornar perfeitamente claro que ele estava consciente daquilo a que Bauman e Burkitt chamam «a ambivalência» da civilização moderna, e que é algo que eles, erradamente, acusam a sua teoria dos processos civilizadores de ter abordado superficialmente, e porventura de ter evitado, ou até mesmo negado.

Apesar de todas as dúvidas que têm sido lançadas sobre a crença no progresso, ela continua arraigada na auto-imagem [que os Ocidentais têm de si próprios]. No entanto, os seus senti-

mentos são contraditórios: uma mistura de amor e de ódio a si próprios, de orgulho e de desespero — orgulho na extraordinária capacidade de descoberta e na ousadia do seu tempo, bem como nos avanços humanizadores de que ele tem sido testemunha; desespero quanto às barbaridades sem sentido por eles mesmos cometidas. São inúmeras as experiências que lhes transmitem a ideia de que constituem o estágio mais elevado da civilização. Outras experiências, entre elas a interminável série de guerras, alimentam as suas dúvidas. O julgamento de Eichmann, com tudo o que trouxe à superfície, inseriu-se nesta segunda categoria. Certos factos que há muito se encontravam disponíveis foram por ele tornados visíveis e trazidos à luz do dia, através de uma perspectiva pessoal e devidamente autenticada. Deixou de ser possível as pessoas virarem a cara (Elias, 1996: 302-303).

Esperamos ter provado neste ensaio, ao contrário do que acontece com o juízo superficial de muitos estudiosos, que a obra de Norbert Elias dedicada a fazer o balanço entre os processos civilizadores e descivilizadores no desenvolvimento social da Europa é digna de uma atenção e de uma investigação teórica sérias, por todas as razões e por essa não menos importante, que é a da compreensão de acontecimentos monstruosos como o foram os da ascensão do nazismo e o Holocausto. Em nossa opinião, Alan Sica teve razão ao escrever que «Norbert Elias ocupa um lugar único, ainda hoje, entre os teóricos sociais. Resta o desafio de o ultrapassar, mas primeiro há que apreender e entender devidamente a sua genuína originalidade em todo o seu significado» (1984). Como é evidente, tal desafio exigirá uma constante fertilização mútua entre teoria e investigação, bem como o abandono do *apriorismo* filosófico-ideológico. ■

Tradução de Ângela Maria Moreira



## Referências Bibliográficas

- Barracough, Geoffrey 1982 «Clockwork History» (recensão do Vol. II de *The Civilizing Process*), *New York Review of Books*, 21 de Outubro (36-40).
- Bauman, Zygmunt 1989 *Modernity and the Holocaust*. Oxford: Polity.
- Bauman, Zygmunt 1991 *Modernity and Ambivalence*. Oxford: Polity.
- Berger, S. 1995 «Historians and Nation-Building in Germany after Reunification», *Past and Present*, 148, 187-222.
- Bourdieu, Pierre 1979 *Distinction: a Social Critique of the Judgement of Taste*. London: Routledge and Kegan Paul.
- British Sociological Association s/d *Anti-Racist Language: Guidance for Good Practice* (panfleto).
- Burkitt, Ian 1996 «Civilization and Ambivalence», *The British Journal of Sociology*, 47, 1.
- Collins, Randall 1995 «German-Bashing and the Theory of Democratic Modernisation», *Zeitschrift für Soziologie*, 24 (1), 3-21.
- Curtis, James 1986 «Isn't It Difficult to Support Some of the Notions of «The Civilizing Process»?», in C. R. Rees e A. W. Miracle (org.), *Sport and Social Theory*. Champaign, Ill.: Human Kinetics.
- de Staël, A. G. 1985 *Über Deutschland*. Frankfurt, Insel Verlag [1814].
- Dunning, Eric 1989 «The Figurational Approach to Leisure and Sport», in Chris Rojek (org.), *Leisure for Leisure*. London: Macmillan, 36-52.
- Dunning, Eric 1992 «Figurational Sociology and the Sociology of Sport», in Dunning e Rojek (org.), *Sport and Leisure in the Civilizing Process*. London: Macmillan, 221-284.
- Elias, Norbert 1939 *Über den Prozess der Zivilisation*. Basel: Haus zum Falken, 2 vols. (trad. portuguesa *O Processo Civilizador*, 2 vols., trad. Lídia Campos Rodrigues. Lisboa: Dom Quixote, 1989 e 1990).
- Elias, Norbert 1978 *What Is Sociology?* London: Hutchinson.
- Elias, Norbert 1983 *The Court Society*. Oxford: Blackwell (trad. portuguesa *A Sociedade de Corte*, trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Estampa, 1987).
- Elias, Norbert 1987 *Involvement and Detachment*. Oxford: Blackwell.
- Elias, Norbert 1988 «Violence and Civilization: the State Monopoly of Physical Violence and its Infringement», in John Keane (org.), *Civil Society and the State*. London: Verso.
- Elias, Norbert 1991 *The Symbol Theory*. London: Sage (trad. portuguesa, *Teoria Simbólica*, trad. Paulo Valverde. Oeiras: Celta Editora, 1994).
- Elias, Norbert 1994a *Reflections on a Life*. Oxford: Polity.
- Elias, Norbert 1994b *The Civilizing Process* — um volume, integrando as obras *The History of Manners e State-Formation and Civilization* (esta última intitulada *Power and Civility* nos EUA). Oxford: Blackwell.
- Elias, Norbert 1996 *The Germans: Power Struggles and the Development of*

- Habitus in the Nineteenth and Twentieth Centuries*. Oxford: Polity (ed. original, *Studien über die Deutschen. Machtkämpfe und Habitusentwicklung im 19. und 20. Jahrhundert*, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1989).
- Elias, N.; Dunning, E. 1986 *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilizing Process*. Oxford: Blackwell.
- Elias, N.; 1994 *The Established and the Outsiders*. London: Sage.
- Scotson, J. L. 1991 *Ehrenmänner: das Duell in der bürgerlichen Gesellschaft*. München: C. H. Beck.
- Frevort, Ute 1991 *From Class Struggle to the Politics of Pleasure*. London: Routledge.
- Harris, David 1992 «The German *Sonderweg* De-Mystified: a Sociological Biography of a Nation', *Theory, Culture and Society*, 9 (3), 111-24.
- Kalberg, Stephen 1992 *Civil Society and the State: New European Perspectives*. London: Verso.
- Keane, John (ed.) 1988 *The Duel in European History: Honour and the Reign of Aristocracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Kiernan, Victor Gordon 1986 «*Dominum regale or Dominum politicum et regale?*: Monarchies and Parliaments in Early Modern Europe», in P. Gleichman et al. (org.), *Human Figurations: Essays for Norbert Elias*. Amsterdam: Stichting Amsterdams Sociologisch Tijdschrift, 293-318.
- Koenigsberger, 1977 «State-Formation, Economic Development and Civilization in North-Western and Central Europe: a Comparison of Long-Term Civilizing Processes in Austria and England», conferência inédita proferida no Congresso Mundial de Sociologia, Bielefeld.
- Helmut Georg 1977 «Violence», *London Review of Books*, 23 de Outubro.
- Kuzmics, Helmut 1994 *Ethics and Infinity*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Leach, Edmund 1986 *Shame and Guilt in Neurosis*. New York: International Universities Press.
- Levinas, Emmanuel 1982 *The Unmasterable Past: History, Holocaust and German National Identity*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Lewis, Helen Block 1971 *Betrachtungen eines Unpolitischen*. Berlin.
- Maier, Charles S. 1988 *Duelling: the Cult of Honour in Fin-de-Siècle Germany*. Princeton: Princeton U.P.
- Mann, Thomas 1919 *Norbert Elias: an Introduction*. Oxford: Blackwell.
- McAleer, Kevin 1994 «Colonial Genocides: Aborigines in Queensland, 1840-1897, and Hereroes in South-West Africa, 1884-1906». Tese de doutoramento inédita, Universidade de Londres.
- Mennell, Stephen J. 1992 «'The Civilizing Process': Some Remarks on Elias's Social History', *Sociology*, 21 (1), 1-17.
- Palmer, Alison 1994 *Leisure for Leisure*. London: Macmillan.
- Robinson, R. J. 1987 *Jewish Identity and Civilizing Processes*. London: Macmillan.
- Rojek, Chris (ed.) 1989
- Russell, Steven B. 1996

- |   |      |   |
|---|------|---|
| Sagarra, Eda                                | 1980 | <i>An Introduction to Nineteenth-Century Germany</i> . London: Longman.   |
| Said, Edward                                | 1978 | <i>Orientalism</i> . New York: Random House.  |
| Scheff, Thomas J.                           | 1993 | <i>Bloody Revenge: Emotions, Nationalism and War</i> . Boulder, Colorado: Westview Press.                                       |
| Scheff, Thomas J.;<br>Retzinger, Suzanne M. | 1991 | <i>Emotions and Violence: Shame and Rage in Destructive Conflicts</i> . Lexington, Mass.: Lexington Books.                      |
| Schmidt, Michael                            | 1993 | <i>The New Reich: Violent Extremism in Unified Germany and Beyond</i> . London: Hutchinson.                                     |
| Sica, A.                                    | 1984 | «Sociogenesis versus Psychogenesis: the Unique Sociology of Norbert Elias», <i>Mid-American Review of Sociology</i> , 9, 49-78. |
| Waite, Robert                               | 1977 | <i>The Psychopathic God: Adolf Hitler</i> . New York: Basic   |
| George Leeson Books.                        |      |   |